



MUNICÍPIO DE VILA FRANCA DE XIRA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rua António Dias Lourenço, n.º 4 | 2600-134 VILA FRANCA DE XIRA - TELEF. 263 285 601

**Relatório de atividades da Comissão Municipal de
Saúde, Justiça, Serviços Públicos e Infraestruturas (ano
de 2019)**

I. Preâmbulo – pág. 3

II. Composição – pág. 3

III. Indicadores Quantitativos - pág. 4

IV. Atividade Desenvolvida – pág. 5

- a) Reunião com a Associação de Apoio às Vítimas do Surto de Legionella de Vila Franca de Xira – pág. 5 a 6
- b) Audição com o urbanista da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Luís Matas de Sousa, da equipa Multidisciplinar da Requalificação Urbana da Câmara Municipal – pág. 7 a 8
- c) Reunião com a Vereadora Manuela Ralha da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para apresentação e discussão do trabalho desenvolvido pelo executivo na melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida nos edifícios e infraestruturas da Câmara Municipal – pág. 9 a 10
- d) Reunião com o Conselho de Administração do Hospital de Vila Franca de Xira – pág. 10 a 11
- e) Reunião com a meritíssima juíza presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa Norte, Dra. Rute Lopes – pág. 13 a 15

V. Conclusões – pág. 16

I. PREÂMBULO

O âmbito de trabalho desta Comissão especializada da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira cobre os seguintes conteúdos: Saúde, Justiça, Serviços Públicos, Infraestruturas e Modernização Administrativa.

II. COMPOSIÇÃO

Membros Efetivos

Bruno Cordeiro - Coordenador (PS), Adélia Gominho – Coordenadora Substituta (PAN), Teodoro Roque (PS), Rui Rocha (Coligação MAIS), Adão Conde (Coligação MAIS), Catarina Lourenço (BE), António Martins (CDS-PP), João Milheiro (CDU) e Joaquim Pinto (CDU).

Membros Suplentes

Adão Conde (Coligação MAIS), Elisabete Alves (PS) e Maria José Vitorino (BE).

III. INDICADORES QUANTITATIVOS

A Comissão apresenta os seguintes indicadores quantitativos da atividade desenvolvida no ano de 2019:

- Número de reuniões da Comissão realizadas: 10 reuniões, das quais uma com a presença de convidados externos.
- Número de visitas a entidades externas: 5
- Número de reuniões com entidades externas: 5
- Número de pedidos de informação: 4
- Número de relatórios elaborados: 1

Datas das reuniões:

Reunião 1 - 2019.02.01
Reunião 2 - 2019.02.20
Reunião 3 - 2019.03.18
Reunião 4 – 2019.04.29
Reunião 5 - 2019.06.12
Reunião 6 – 2019.07.02
Reunião 7 - 2019.09.18
Reunião 8 - 2019.10.17
Reunião 9 - 2019.11.27
Reunião 10 - 2019.12.11

Datas das visitas/reuniões institucionais:

2019.02.20 – Reunião com a Associação de Apoio às Vítimas do Surto de Legionella de Vila Franca de Xira;

2019.03.18 – Audição com o urbanista da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, Luís Matas de Sousa, da equipa Multidisciplinar da Requalificação Urbana da Câmara Municipal;

2019.04.29 - Reunião com a Vereadora Manuela Ralha da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para apresentação e discussão do trabalho desenvolvido pelo executivo na melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida nos edifícios e infraestruturas da Câmara Municipal;

2019.07.02 - Reunião com o Conselho de Administração do Hospital de Vila Franca de Xira;

2019.12.11 - Reunião com a meritíssima juíza presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa Norte, Dra. Rute Lopes;

.

A) REUNIÃO COM A ASSOCIAÇÃO DE APOIO ÀS VÍTIMAS DO SURTO DE LEGIONELLA DE VILA FRANCA DE XIRA

No dia 20 de fevereiro de 2019, os membros da Comissão de Saúde, Justiça, Serviços Públicos e Infraestruturas (Comissão n.º 3) reuniram-se com a Direção da Associação de Apoio às Vítimas do Surto de Legionella de Vila Franca de Xira, nas instalações desta Associação no Forte da Casa, com o objetivo de fazer um ponto de situação sobre o surto de Legionella, a atividade desenvolvida pela Associação e os processos judiciais em curso.

Os membros da Comissão n.º 3 foram recebidos pelo Presidente da Direção desta Associação, Joaquim Ramos Perdigoto, bem como por outros membros dos órgãos sociais.

Na referida reunião estiverem presentes 9 membros eleitos da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira, incluindo o Presidente da Assembleia Municipal, e 6 membros da Associação.

No conjunto dos assuntos discutidos, destacam-se as seguintes conclusões:

- A Associação de Apoio às Vítimas do Surto de Legionella de Vila Franca de Xira tem 62 associados, incluindo 2 representantes de vítimas que faleceram durante o surto;
- Em novembro de 2014 o surto de Legionella provocou 412 vítimas, 12 das quais foram vítimas mortais;
- O apuramento da estirpe de Legionella em causa neste surto foi feita posteriormente, tendo sido identificada na torre de refrigeração n.º 8 da fábrica, propriedade da empresa Adubos de Portugal (ADP), no concelho de Vila Franca de Xira;
- O Ministério Público apurou 73 casos em que se conseguiu identificar uma relação denexo-causalidade entre o facto e dano;
- 58 vítimas (ou familiares) pediram a instrução do processo judicial, constituindo-se como assistentes do mesmo;
- Estas 131 pessoas foram contactadas pela ADP de forma a poderem chegar a um acordo extrajudicial. As restantes vítimas, a grande maioria, não receberam ainda qualquer contacto;
- A Direção da Associação fez questão de destacar o trabalho pro-bono que a Dr.ª Ana Severino tinha efetuado até ao momento, enquanto advogada e representante legal da Associação;
- A Direção da Associação está a ponderar interpor uma ação popular contra o Estado, uma vez que esta, está isenta do pagamento de taxas judiciais;
- Para uma eventual interposição de uma ação popular contra o Estado, a Direção da Associação estava a aguardar para saber em concreto o que a ADP e a General Electric (arguidas no processo judicial em curso) queriam negociar com as vítimas incluídas no processo judicial e com a Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que também se constituiu como assistente no processo;

- O processo crime, referente às 73 vítimas, está em instrução no Tribunal de Loures da Comarca Lisboa Norte, contudo, a ação cível individual ainda poderia ser uma possibilidade a ser ponderada até novembro de 2019, uma vez que o prazo de prescrição deste tipo de processos é de 5 anos;
- A Direção da Associação referiu a necessidade de um especialista em saúde pública poder provar que todas as contaminações tiveram origem no mesmo local, e a disponibilidade do Dr. Francisco George, Diretor-Geral da Direção-Geral da Saúde no momento dos factos, estaria disponível para ser testemunha abonatória no processo judicial e reiterar que todos os procedimentos de recolha de amostras seguiram os protocolos existentes, bem como as boas práticas internacionais convencionadas em matéria de saúde pública;
- Em 2017 a Associação solicitou a possibilidade de apoio financeiro à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira, que lhes respondeu que tinham que se candidatar ao PAMA (Programa de Apoio ao Movimento Associativo).
- O valor da ação interposta pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira é de 1.500.000€, estando a ADP a disponibilizar um total de 2.000.000€ para indemnizações às vítimas e à Câmara Municipal;
- Uma das maiores preocupações da Associação, para a qual pediram a colaboração da Comissão n.º 3, traduz-se na necessidade de isentar as vítimas deste surto do pagamento de taxas moderadoras no SNS, sendo esta pretensão do conhecimento do Assembleia da República, do Governo e do Presidente da República;
- Outro dos aspetos para o qual foi solicitado o apoio da Comissão n.º 3, foi o de pedir à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira que acionasse mecanismos para que a Associação pudesse ter condições para obter um apoio jurídico especializado. A Comissão n.º 3 fez o compromisso de transmitir essa pretensão ao executivo da Câmara Municipal em sede da Assembleia Municipal.

A reunião terminou com o compromisso de se efetuar uma nova reunião com a Direção da Associação de forma a fazer um ponto de situação sobre o desenvolvimento dos assuntos discutidos na presente reunião.

A 18 de março de 2019, os eleitos representantes das Comissões n.º 3 – Saúde, Justiça, Serviços Públicos e Infraestruturas e n.º 2 - Ambiente, Economia e Desenvolvimento Sustentável, reuniram-se no Salão Nobre da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira para uma audição ao urbanista da Câmara Municipal, Luís Matas de Sousa, da equipa Multidisciplinar da Requalificação Urbana da Câmara Municipal.

No conjunto dos assuntos discutidos, destaca-se o seguinte:

- O urbanista da autarquia, Luís Matas de Sousa, começou por salientar que há um ótimo aproveitamento dos sucessivos quadros comunitários de apoio para a concretização dos projetos da zona ribeirinha;
- Este plano de investimentos tem como foco fundamental a zona ribeirinha do Rio Tejo e tem por objetivos: devolver a zona ribeirinha para utilização das pessoas; o Tejo como local de lazer e bem-estar mas também um local para a mobilidade pedonal e ciclável; manter a capacidade de suporte dos sistemas naturais, adaptados ao conforto humano; respeitar a Rede Ecológica da Área Metropolitana de Lisboa, protegendo, reforçando e salvaguardando os recursos da paisagem natural, bem como os valores patrimoniais e culturais ligados ao Rio Tejo e por último preservar a paisagem contribuindo para melhorar a imagem do concelho de Vila Franca de Xira;
- Do que foi dado a observar a esta Comissão, o investimento na zona ribeirinha encontra-se na sua quarta fase. Com início no III Quadro Comunitário de Apoio (QCA) onde se inclui o Programa Polis 2000-2006. Este Programa de Requalificação Urbana e Valorização Ambiental inclui intervenções no Parque Urbano Ribeirinho de Alhandra; Passeio Ribeirinho entre Alhandra e Vila Franca de Xira e Parque Urbano de Vila Franca de Xira (Campo do Cevadeiro);
- Numa 2ª fase, inserido no Quadro de Referência Estratégica Nacional para aplicação da política comunitária de coesão económica e social em Portugal no período 2007- 2013 e através de parcerias para a regeneração urbana de Vila Franca de Xira com a conclusão de alguns projetos como sejam a reconstrução do Pavilhão Multiusos; caminho ribeirinho da Fábrica do Descasque de Arroz; Fábrica das Palavras (biblioteca municipal); requalificação do cais; requalificação do jardim municipal Constantino Palha; qualificação dos espaços exteriores do Bairro dos Avieiros (VFX); passagem superior pedonal sobre a linha férrea e o Centro de Artes do Rio;
- Dentro do mesmo Quadro Comunitário iniciou-se a 3ª fase de investimentos através de parcerias para a regeneração urbana na Zona Sul do Concelho resultando o Parque Urbano da Póvoa de Santa Iria; o Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo e a Passagem Superior Pedonal do Forte da Casa;
- Para a 4ª fase do programa de investimentos da Câmara continuou a Requalificação da Frente Ribeirinha do concelho de Vila Franca de Xira, ainda que, à semelhança das outras fases, inseridas em planos comunitários, esta não está enquadrada em qualquer programa de apoio comunitário, já que o município esgotou os valores que lhe estavam atribuídos no Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável da Área Metropolitana de Lisboa. E dando seguimento ao plano de Requalificação da Frente Ribeirinha do Concelho de Vila Franca de Xira, avançou-se com o Parque Ribeirinho Moinhos da Póvoa e Ciclovía do Tejo;

- O Município, seguindo a sua estratégia, prevê ainda investimentos na criação de um Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo – Alverca / Sobralinho, nomeadamente numa antiga praia fluvial denominada “Praia da Maçãs” ou “Praia dos Tesos”; a requalificação da Avenida Batista Pereira em Alhandra; a requalificação da Avenida Isidoro Assunção Antunes da Costa na Póvoa de Santa Iria; o Parque Ribeirinho de Vila Franca de Xira e o Parque Ribeirinho da Vala do Carregado.

A audição terminou com a vontade dos membros desta Comissão efetuarem uma nova reunião, nos mesmos moldes, subordinada ao tema: “Estado de conservação do parque habitacional municipal”.

C) REUNIÃO COM A VEREADORA MANUELA RALHA DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA FRANCA DE XIRA PARA APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DO TRABALHO DESENVOLVIDO PELO EXECUTIVO NA MELHORIA DAS ACESSIBILIDADES A PESSOAS COM MOBILIDADE REDUZIDA NOS EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS DA CÂMARA MUNICIPAL.

A 29 de abril de 2019, os membros da Comissão de Saúde, Justiça, Serviços Públicos e Infraestruturas (Comissão n.º 3), receberam nas instalações da Assembleia Municipal a vereadora Manuela Ralha a fim de discutir os resultados do trabalho desenvolvido pelo Executivo ao nível da melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida nos edifícios e infraestruturas da Câmara Municipal.

A reunião começou com uma apresentação por parte da vereadora Manuela Ralha do documento “Um Concelho Inclusivo e Mais Solidário – Iniciativas 2019”.

A Vereadora Manuela Ralha informou que em outubro de 2018 foi criado o Gabinete de Acessibilidades que congrega a responsabilidade de garantir as condições de acessibilidade a todos os edifícios camarários.

Por outro lado, acrescentou que foi feito o levantamento exaustivo das acessibilidades em todos os edifícios camarários para uma avaliação mais profunda, considerando incorreto que os espaços com menos de 150m² não necessitem de acessibilidade.

Salientou que existe alguma dificuldade em proporcionar acessibilidade para todos porque há edifícios que são arrendados e muito antigos. Por este motivo, na intervenção da Câmara Municipal tem sido dada prioridade aos edifícios que têm atendimento ao público.

Deste modo, já foram analisados 69 edifícios, estando em curso os seguintes processos:

Quintas Municipais:

- Quinta do Sobralinho;
- Quinta da Piedade (à espera da resposta da DGPC sobre a autorização de instalação de uma plataforma de rampas);
- Quinta de Subserra – é um processo complicado porque são necessárias muitas obras. Será um projeto integrado no projeto de reabilitação do edificado.

Piscinas:

- Piscina da Póvoa – a porta é muito pesada e está a ser estudada a forma de adaptação;
- As piscinas não têm plataforma de auxílio às pessoas com mobilidade reduzida para poderem entrar dentro de água;
- A piscina de Vila Franca de Xira está completamente acessível;

Pavilhões Gimnodesportivos:

- O pavilhão do Forte da Casa tem problemas de acessibilidade, cuja resolução, é mais difícil e dispendiosa;

Parques e jardins:

- Do catorze parques e jardins municipais mais relevantes, onze cumprem todas as regras e três cumprem parcialmente.
- Tem havido a preocupação de se fazer parques inclusivos como o Jardim Álvaro Vidal;
- Vai ser colocado um WC adaptado no Parque da Flamengo.

Por outro lado, a vereadora Manuela Ralha referiu que tem dado a sua aprovação a todos os projetos que a Câmara Municipal faz ao nível de acessibilidades.

Outro aspeto salientado, foi o esforço feito pela Câmara Municipal no sentido de dotar todas as mesas de voto do concelho com acessibilidade.

Foi ainda referida a candidatura ao programa “Turismo Acessível” para adaptação dos edifícios mais emblemáticos, no sentido de criar aplicações tecnológicas para ajudar na interpretação. A candidatura não foi aprovada na totalidade, tendo a Câmara Municipal disponibilizado as verbas necessárias para cobrir o montante não financiado.

De seguida, iniciou-se a fase da discussão, tendo os eleitos da Comissão colocado diversas questões sobre os dados apresentados pela vereadora Manuela Ralha.

A reunião terminou com a vontade dos membros desta Comissão promoverem, no prazo de um ano, uma nova reunião com a vereadora Manuela Ralha para fazerem um ponto de situação sobre o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal ao nível da melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida nos edifícios e infraestruturas deste órgão autárquico.

No dia 2 de julho os membros da Comissão n.º 3 e o Presidente da Assembleia Municipal (Fernando Paulo Ferreira) deslocaram-se às instalações do Hospital de Vila Franca de Xira a fim de discutirem a decisão do Governo de não renovar o contrato de gestão clínica com o Hospital de Vila Franca de Xira em regime parceria público-privada com o Grupo José de Mello Saúde.

A reunião iniciou-se como uma breve apresentação realizada pelo Conselho de Administração do Hospital de Vila Franca de Xira (Vasco de Mello, Pedro Bastos, Nuno Cardoso, Helena Abrantes (enfermeira diretora) e Mário Paiva (diretor clínico)), tendo sido feita uma apresentação dos principais indicadores resultantes de oito anos de gestão da parceria público-privada.

De seguida, iniciou-se a fase da discussão, tendo os eleitos colocado diversas questões sobre os dados apresentados pelo Conselho de Administração, tendo chegado às seguintes conclusões:

- O Hospital Vila Franca de Xira (HVFX) é um hospital público, que, desde 1 de junho de 2011, é gerido através de um modelo de parceria entre o Estado Português e o Grupo José de Mello Saúde.
- É hoje um hospital geral e distrital que possui valências básicas, intermédias e diferenciadas, em regime de internamento e ambulatório, integrando a prestação de cuidados urgentes classificados como médico-cirúrgicos.
- A Segurança Clínica é uma das grandes apostas deste hospital, que é acreditado pela *Joint Commission International* (JCI), a mais prestigiada organização acreditadora na área da saúde, a nível mundial.
- A procura dos melhores níveis de qualidade são outra prioridade do HVFX, que obteve a classificação máxima, de nível de excelência clínica III, em seis indicadores, de acordo com os resultados, publicados a 1 de julho de 2019, pelo SINAS - Sistema Nacional de Avaliação em Saúde, da Entidade Reguladora da Saúde.
- O Hospital Vila Franca de Xira tem como missão genérica a promoção e a prestação de serviços de saúde à população dos concelhos de Alenquer, Arruda dos Vinhos, Azambuja, Benavente e Vila Franca de Xira, assim como a qualquer cidadão em situação de emergência médica, com os mais elevados níveis de conhecimento, respeitando o primado da vida e o ambiente, através do desenvolvimento do capital intelectual da organização, numa busca permanente do melhor.
- Cerca de 25% das camas do HVFX são ocupadas por pessoas de fora da área de influência deste hospital. Tal facto, é um fator de pressão adicional sobre os serviços e os profissionais de saúde, podendo afetar os tempos de espera na prestação de cuidados de saúde, bem como a qualidade com que os mesmos são prestados.
- Quando o HVFX foi inaugurado a 3 de abril de 2013, dispunha de um total de 280 camas. Atualmente, fruto do aumento da procura, o número de camas disponíveis é de 313. Em termos complementares, importa referir que cerca de 30 a 40 camas são ocupadas com casos sociais.
- No que diz respeito ao tempo médio de espera para marcação de consultas de especialidade este é calculado em 150 dias (consultas de dermatologia e oftalmologia continuam a ser as situações mais críticas).

- Desde o início do contrato, foram realizados mais de 12.000 partos, sendo 25% desses partos, realizados a mulheres que vivem fora da área de influência do hospital.
- Outro aspeto a salientar prende-se com o facto do HVFX ser atualmente um dos maiores empregadores do concelho, contando com um total de 1400 colaboradores (30% com contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado).
- O HVFX gera uma criação líquida de emprego na ordem dos 10% ao ano.
- O contrato de gestão clínica termina a 31 de maio de 2021. Após essa data o Estado ainda não definiu um novo modelo de gestão.
- A Unidade Técnica de Acompanhamento de Projetos (Ministério das Finanças e Ministério da Saúde) avalia de forma positiva a gestão do HVFX nos últimos oito anos, segundo relatório recentemente publicado.
- Conselho de Administração reitera a urgência do acesso a programas verticais para financiamento de terapêuticas para doenças crónicas.
- Até 30 de novembro o Grupo José de Mello Saúde vai decidir se vai prorrogar a gestão, dentro dos limites contratuais, por mais dois ou três anos.
- São identificados como fatores de pressão os custos dos medicamentos, a prestação de cuidados de saúde a reclusos (Prisão de Alcoentre e Prisão de Vale de Judeus), a necessidade urgente de serem construídas mais unidades de cuidados continuados para diminuir o número de casos sociais no HVFX e a necessidade de aumentar a capacidade da infraestrutura do Hospital, uma vez que, o projeto original de construção do novo Hospital apenas previa um aumento de capacidade de apenas 16 camas.
- Necessidade de expansão do Hospital identificada pelo Conselho de Administração através da construção de mais um piso com capacidade para mais 60 camas.
- 10% da produção do HVFX é assegurada para utentes fora da área de influência do Hospital.
- Existem litígios pendentes entre o Grupo José de Mello Saúde e o Estado que envolvem um montante de cerca de € 60.000.000,00 e que estão atualmente a ser resolvidos em sede de arbitragem, nomeadamente, ao nível de custos com medicamentos para doenças crónicas.

Ficou firmado o compromisso de realizar uma nova reunião entre a Comissão n.º 3 e o Conselho de Administração do HVFX para fazer uma avaliação do contrato de gestão clínica atualmente em curso e o futuro modelo de gestão deste Hospital.

E) REUNIÃO COM A MERITÍSSIMA JUÍZA PRESIDENTE DO TRIBUNAL DA COMARCA DE LISBOA NORTE, DRA. RUTE LOPES

A 11 de dezembro de 2019, os membros da Comissão de Saúde, Justiça, Serviços Públicos e Infraestruturas (Comissão n.º 3) tiveram uma reunião nas instalações do Palácio da Justiça em Vila Franca de Xira com a Meritíssima Juíza Presidente do Tribunal da Comarca de Lisboa Norte, Dra. Rute Lopes, com a seguinte planificação:

- Problemas e constrangimentos com que o Tribunal de Vila Franca de Xira atualmente se debate para poder desenvolver a sua atividade;
- Ponto de situação relativamente à construção do novo Tribunal de Vila Franca de Xira e à reabilitação do edifício onde funciona atualmente o Tribunal;
- Apreciação dos indicadores sobre o desempenho deste Tribunal;
- Caracterização dos recursos humanos atualmente em funções neste Tribunal e a indicação de eventuais carências.

Desde a reforma do mapa judiciário em 2014 que o Tribunal de Vila Franca de Xira faz parte da Comarca Lisboa Norte, que integra também os Tribunais de Loures, Torres Vedras, Cadaval, Lourinhã e Alenquer.

Foi feita uma breve explicação de como está organizado o sistema judicial após a reforma de 2014. A Dra. Rute Lopes destacou que com esta reforma os pontos positivos foram os processos com maior volume terem sido transferidos para Loures (sede da comarca onde pertence o Tribunal de Vila Franca de Xira) e que o número de processos pendentes melhorou substancialmente, encontrando-se genericamente com saldo positivo.

Em termos complementares, a especialização dos juízes responsáveis pelos processos, permitiu uma clara melhoria no cumprimento dos prazos.

Por outro lado, um dos pontos negativos que foi destacado foi o facto do juízo especializado do comércio não ter ficado em Vila Franca de Xira, estando deslocalizado em Loures. Tal situação, motivou que alguns trabalhadores do Tribunal de Vila Franca de Xira tivessem que ser alocados ao Tribunal de Loures, o que gera uma série de constrangimentos, tendo em conta a distância do local de residência.

Acresce ainda que este facto gera algumas reservas nas eventuais candidaturas promovidas por trabalhadores que possam estar interessados em vir trabalhar para o Tribunal de Vila Franca de Xira, pois têm receio de ser deslocados para o Tribunal de Loures.

Outros problemas identificados pela Dra. Rute Lopes:

- Instalações muito precárias, estando o Tribunal de Vila Franca de Xira atualmente dividido entre as instalações no Palácio da Justiça e as instalações nas Varandas do Tejo;
- Duas salas de audiências a funcionar em contentores, nas quais qualquer trabalhador que tenha problemas respiratórios tem dificuldade em exercer a sua atividade devido ao cheiro nauseabundo;

- Transporte de processos para o 1º andar do Tribunal acarreta um grande esforço por parte dos trabalhadores, uma vez que não existem elevadores no edifício;
- Inexistência de acessos para pessoas com mobilidade reduzida. Só existe uma rampa no rés-do-chão que foi instalada pelo Instituto de Gestão Financeira e Equipamentos da Justiça;
- Inúmeros problemas com as instalações elétricas, estores e outros equipamentos devido à falta de manutenção (verba consignada ao Tribunal para manutenção do edifício durante o ano de 2019 foi cerca de €150,00);
- Falta de estacionamento nas imediações do edifício do Tribunal para magistrados e funcionários judiciais. A este respeito foi solicitado apoio à Câmara Municipal de Vila Franca de Xira na procura de soluções alternativas de estacionamento, bem como às autoridades policiais para fiscalizarem as situações de estacionamento abusivo em redor do edifício.

Foi referido que uma das soluções apresentadas pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira foi a possibilidade de se reservarem alguns lugares de estacionamento para o Tribunal no parque de estacionamento do antigo Vila Franca Centro que foi recentemente adquirido pela Câmara Municipal;

- Subsistem os problemas de falta de segurança no acesso ao Tribunal, na medida em que, magistrados e arguidos, têm que fazer o mesmo trajeto para acederem e circularem nas instalações do Tribunal.
- O Tribunal do Trabalho também tem condições muito precárias, como problemas com cheiro, baratas, falta de manutenção das instalações, falta de luz, etc.

A Câmara Municipal de Vila Franca de Xira também já foi contactada a este respeito, principalmente por causa das desinfestações.

Neste Tribunal também não existe estacionamento para ambulâncias e acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

No que respeita ao projeto do novo Tribunal, a construir nos terrenos da antiga Escola da Armada, prevê-se que este possa acolher os juízos especializados do comércio, cível, trabalho e família e menores, continuando o crime a funcionar nas instalações atuais.

De assinalar que está prevista a requalificação do atual Palácio da Justiça após construção do novo Tribunal.

Neste momento, o processo de construção do novo Tribunal está em fase de projeto, tendo a equipa de gestão do Tribunal tido acesso às plantas do projeto e remetido propostas de alteração.

Da parte da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira estão a ser desenvolvidas as demolições em quatro edifícios da antiga Escola da Armada, bem como a alteração do PDM.

Quanto aos recursos humanos, os números demonstram que existe uma grande carência de pessoal ao nível de funcionários judiciais, sendo o Tribunal de Vila Franca de Xira o tribunal que apresenta a pior situação de toda a Comarca Lisboa Norte.

Por outro lado, a Dra. Rute Lopes considera que o rácio de magistrados e juizes é o adequado.

No que concerne aos processos, o saldo é positivo no despacho de processos em todos os tribunais. Neste contexto, prevê-se que esta situação se mantenha ou até registe uma melhoria.

Foi sublinhado a este respeito que poderão surgir alguns problemas no júízo cível, considerando que este júízo especializado vai passar a ter a responsabilidade dos inventários.

(Este números podem ser consultados em comarcas.tribunais.org.pt → onde conta a análise feita ao Tribunal de Vila Franca de Xira).

De seguida, iniciou-se a fase de discussão, tendo os eleitos da Comissão colocado diversas questões sobre os dados apresentados Dra. Rute Lopes.

A reunião terminou com a vontade manifestada pelos membros desta Comissão de promoverem, uma nova visita às instalações do Tribunal de Vila Franca de Xira durante o horário de funcionamento.

V. CONCLUSÕES

A criação da Comissão de Saúde, Justiça, Serviços Públicos e Infraestruturas constituiu uma verdadeira inovação do Regimento da Assembleia Municipal de Vila Franca de Xira aprovado na sessão ordinária de 05 de abril de 2018.

Com a criação desta comissão especializada permanente, procurou-se dar uma maior dignidade às diversas áreas que integram o âmbito de intervenção desta Comissão, procurando fazer um acompanhamento mais detalhado dos problemas associados a áreas tão importantes e complexas como são a saúde, a justiça ou as infraestruturas.

Conforme se poderá verificar no presente relatório de atividades, o ano de 2019 foi bastante intenso ao nível do trabalho desenvolvido por esta Comissão, tendo sido diversas as reuniões e visitas realizadas ao longo deste ano.

Neste contexto, do conjunto de assuntos tratados durante o ano de 2019 por esta Comissão, destacamos os seguintes alguns dos aspetos que deverão continuar a merecer o nosso acompanhamento e atenção durante o ano de 2020:

- Ponto de situação sobre o surto de COVID-19 no concelho de Vila Franca de Xira e acompanhamento das ações desenvolvidas pela Câmara Municipal, ACES, Hospital e demais autoridades para um controlo eficaz deste surto;
- Ponto de situação com a Associação de Apoio às Vítimas do Surto de Legionella de Vila Franca de Xira sobre os processos judiciais em curso, a ação popular contra o Estado e as diligências desenvolvidas pela Associação durante o último ano com vista à reparação dos danos causados às vítimas do surto de Legionella;
- Acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo ACES Estuário do Tejo;
- Acompanhamento do trabalho desenvolvido pelo Hospital de Vila Franca de Xira, bem como o futuro modelo de gestão deste Hospital;
- Ponto de situação sobre o trabalho desenvolvido pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira ao nível da melhoria das acessibilidades a pessoas com mobilidade reduzida nos edifícios e infraestruturas deste órgão autárquico;
- Análise da capacidade de resposta do concelho ao nível da rede de cuidados continuados;
- Ponto de situação sobre o estado das infraestruturas e dos equipamentos da responsabilidade da Câmara Municipal de Vila Franca de Xira;
- Acompanhamento do desenvolvimento do projeto do novo Tribunal de Vila Franca de Xira.

Por último, fica o empenhamento desta Comissão no sentido de aprofundar o trabalho nas diversas áreas em que tem atuação, sempre com o propósito de contribuir para o aumento da qualidade de vida da nossa população.